

STJ00118829

LUIZ GUILHERME MARINONI
RICARDO ALEXANDRE DA SILVA
GUILHERME VEIGA
Organizadores

ESTUDOS DE DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

HOMENAGEM AO DESEMBARGADOR JONES
FIGUEIRÊDO ALVES

Londrina/PR
2023


THOTH
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)



© Direitos de Publicação Editora Thoth,
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

**Estudos de direito civil e
processo civil: homenagem ao
desembargador Jones Figuerêdo
Alves / Luiz Guilherme Marinoni,
Ricardo Alexandre da Silva,
Guilherme Veiga (orgs). – Londrina,
PR: Thoth, 2023.**

Inclui Bibliografias.

676 p.

ISBN: 978-65-5959-598-3

1. Direito Processual. 2. Direito Processual
Civil. 3. Direito de família. 4. Inteligência
artificial. I. Marinoni, Luiz Guilherme. et
al.

CDD 341.4

Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: Bruno Henrique Coelho
Editor chefe: Bruno Fuga

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual: 341.4

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves
Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.
Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMARIO

ORGANIZADORES	7
AUTORES	9
APRESENTAÇÃO	17

CAPÍTULO 1

Teresa Arruda Alvim

AMICUS CURIAE, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E DECISÕES JUDICIAIS.....	35
--	----

CAPÍTULO 2

Paulo Osternack Amaral

IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA	41
Introdução.....	41
1 Responsabilidade patrimonial.....	42
1.1 Contornos essenciais.....	42
1.2 Características dos bens sujeitos à responsabilidade patrimonial.....	44
1.3 Ordem preferencial para a penhora.....	45
2 A impenhorabilidade do bem de família.....	45
2.1 Duas palavras sobre impenhorabilidades.....	45
2.2 Conceito de bem de família e a abrangência de sua proteção processual.....	46
2.3 Os beneficiários da impenhorabilidade do bem de família.....	48
2.4 Diferenças entre o bem de família do Código Civil e o da Lei Especial.....	49
2.5 A natureza das regras e a (im)possibilidade de renúncia.....	50
2.6 Os móveis, pertences e utilidades que guarnecem o bem de família.....	55
2.7 O imóvel de elevado valor.....	58
2.8 As hipóteses em que o bem de família é penhorável.....	59
2.9 A Lei do Bem de Família, o imóvel residencial do fiador em contrato de locação e a Emenda Constitucional nº 26/2000	64
2.10 A impenhorabilidade da pequena propriedade rural.....	67
2.11 A invalidade da penhora incidente sobre o bem de família	69
2.12 Direito intertemporal e impenhorabilidades	71
Conclusões	73
Referências bibliográficas.....	74

CAPÍTULO 3**Araken de Assis**

HABILITAÇÃO DE CRÉDITO NO INVENTÁRIO.....	79
1 Responsabilidade patrimonial do espólio.....	79
2 Habilitação de crédito vencido.....	82
2.1 Oportunidade da habilitação.....	83
2.1.1 Oportunidade inicial.....	83
2.1.2 Oportunidade final.....	83
2.2 Legitimados na habilitação.....	84
2.3 Objeto da habilitação.....	84
2.4 Forma da habilitação.....	85
2.5 Procedimento da habilitação.....	86
2.6 Efeitos da habilitação.....	88
2.6.1 Efeitos do acolhimento da habilitação.....	88
2.6.2 Efeitos da rejeição da habilitação.....	90
2.6.3 Reserva voluntária de bens.....	90
2.6.4 Recurso próprio na habilitação.....	91
3 Habilitação de crédito vincendo.....	91
Referências bibliográficas.....	92

CAPÍTULO 4**Gilberto Gomes Bruschi**

A IMPORTÂNCIA DOS PRECEDENTES, A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS E OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CABÍVEIS CONTRA DECISÕES NÃO FUNDAMENTADAS.....	93
Introdução.....	93
1 Os critérios objetivos para a fundamentação das decisões judiciais.....	94
1.1 Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida.....	95
1.2 Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso.....	95
1.3 Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.....	96
1.4 Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.....	96
1.5 Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos.....	100
1.6 Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que deixar de seguir	

enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento	101
2 Os embargos de declaração por omissão em virtude da ausência de fundamentação	101
3 A análise do defeito de fundamentação diante de um caso concreto.....	107
Conclusão.....	110
Referências bibliográficas.....	111

CAPÍTULO 5

Rafael Calmon

O REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL CONDICIONADO	113
Referências bibliográficas.....	124

CAPÍTULO 6

Guilherme Veiga

Fabiano da Rosa Tesolin

A NECESSIDADE DE CONTROLE JUDICIAL DA REPRESENTAÇÃO ADEQUADA NO IRDR.....	125
Introdução.....	125
1 Distinção entre decisão no IRDR e precedente.....	126
2 O risco da utilização estratégica do IRDR por grandes litigantes habituais e a assimetria na representação dos interesses em conflito	129
3 A representação adequada dos ausentes e a responsabilidade do advogado no IRDR.....	131
Conclusão.....	138
Referências bibliográficas.....	140

CAPÍTULO 7

Guilherme Veiga

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA FORMAÇÃO DOS PRECEDENTES DO STJ: SISTEMA SÓCRATES 2.0 E O SISTEMA ATHOS	145
Introdução.....	145
1 A implantação da Inteligência Artificial no Poder Judiciário	146
3 Os desafios éticos da utilização da Inteligência Artificial no Poder Judiciário.....	148
4 A Inteligência Artificial - Sócrates 2.0	153
4.1 Forma de trabalho da Sistema Sócrates	153
4.2 Efeito prático.....	153
4.3 Identificação de recursos potencialmente inadmissíveis.....	153
4.4 Resultado da Inteligência Artificial aplicada	154
4.5 Minuta de decisão, voto e sua evolução	154
4.6 Futuro dos precedentes	154

5 A Inteligência Artificial – Sistema Athos	154
Conclusão	156
Referências bibliográficas	157

CAPÍTULO 8

José Cretella Neto

DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA REVISITADO PARA O TEMPO PRESENTE	159
Introdução – Importância do Tema.....	159
1 Acesso à Justiça - Diferenças entre <i>Assistência Judiciária</i> e <i>Benefício da Justiça Gratuita</i>	161
2 O Benefício da Justiça Gratuita no contexto jurídico brasileiro.....	162
3 Parâmetros objetivos para o Judiciário avaliar se a parte merece ou não a gratuidade	166
4 Soluções de Direito Comparado	167
4.1 Porque adotar a metodologia do Direito Comparado	167
4.2 Argentina	168
4.3 Portugal	170
4.4 Espanha	172
4.5 Itália	173
4.6 França	175
4.7 Alemanha	177
5 Alguns Julgados Selecionados dos Tribunais Brasileiros.....	179
Conclusões.....	184
Bibliografia.....	185

CAPÍTULO 9

Leonardo Carneiro da Cunha

ASPECTOS DOGMÁTICOS DA CONFUSÃO PATRIMONIAL.....	187
Apresentação	187
1 Patrimônio e capital social.....	187
1.1 Noções gerais	187
1.3 Fixidez <i>versus</i> mutabilidade	188
1.4 Funções do patrimônio e do capital social.....	189
1.5 Tutela do patrimônio pelo capital social.....	190
2 Autonomia patrimonial.....	190
3 Confusão patrimonial.....	191
3.1 Generalidades.....	191
3.2 Conceito de confusão patrimonial.....	191
3.3 Confusão patrimonial <i>versus</i> confusão de esferas.....	192
3.4 Retomando o conceito de confusão patrimonial.....	193
3.5 Efeitos da confusão patrimonial	195
3.6 Prova e suficiência probatória.....	197

4 Grupo de empresas ou grupo econômico: noção geral e sua relação com a confusão patrimonial	200
5 Da necessidade de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	203
Conclusão.....	205
Referências bibliográficas.....	205

CAPÍTULO 10

Lucas Buril de Macêdo

SISTEMATIZAÇÃO DOS ILÍCITOS PROCESSUAIS.. .	207
1 Relevância do distinguo	207
2 Fatos jurídicos processuais ilícitos.....	209
3 Classificação dos atos processuais ilícitos	216
4 Sistematização aplicada às espécies de ilícitos processuais: litigância de má-fé, abuso de direito processual e ato atentatório à dignidade da justiça.....	224
5 Responsabilidade por dano processual.....	236
Referências bibliográficas.....	239

CAPÍTULO 11

Douglas Anderson Dal Monte

TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL NO BRASIL: DO EFEITO SUSPENSIVO COMO REGRA AO ALCANCE AMPLO E À FLEXIBILIDADE DA CONCESSÃO <i>OPE IUDICIS</i>	245
Considerações iniciais.....	245
1 Tutela provisória e tutela provisória recursal.....	247
2 Do efeito suspensivo como regra ao alcance amplo e à flexibilidade da concessão <i>ope iudicis</i> da tutela provisória recursal	247
Referências bibliográficas.....	262

CAPÍTULO 12

Matusalém Dantas

ACELERAÇÃO SOCIAL MODERNA E SOCIEDADE DO DESEMPENHO: REDIMENSIONAMENTO DA PERCEPÇÃO DE DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E CAUSA DE ESGOTAMENTO FÍSICO E MENTAL DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO	269
Introdução.....	269
1 Aceleração social, sociedade de desempenho e o conseqüente esgotamento físico e mental.....	271
1.1 A velocidade da aceleração social hodierna.....	271
1.2 Sociedade do desempenho e o esgotamento físico e mental (síndrome de <i>burnout</i>)	272
2 Aceleração do tempo no Poder Judiciário	274
2.1 Redimensionamento do tempo no processo judicial e o esgotamento físico e	

mental dos servidores.....	275
2.2 A ressonância social como contribuição para solução do problema.....	284
Conclusão.....	285
Referências bibliográficas.....	287

CAPÍTULO 13

Patricia Novais Calmon

ABANDONO DIGITAL DE IDOSOS.....	289
1 Introdução.....	289
2 Os idosos e a tecnologia: entre benefícios e riscos.....	291
3 O abandono digital de idosos.....	295
4 Reflexos jurídicos do abandono digital de idosos.....	300
Referências bibliográficas.....	302

CAPÍTULO 14

Mário Luiz Delgado

AÇÕES DE PARTILHA E DE APURAÇÃO DE HAVERES EM RELAÇÃO A PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS ADQUIRIDAS DURANTE O CASAMENTO/UNIÃO ESTÁVEL.....	305
Notas introdutórias.....	305
1 Do regime de comunhão parcial de bens: bens comuns e bens particulares.....	306
2 Da separação de fato e seus efeitos. Da extinção da sociedade conjugal e do regime de bens.....	309
3 Da partilha e apuração de haveres em relação a sociedade constituída durante o casamento/união estável. Critério contábil para avaliação das quotas. Balanço patrimonial e patrimônio líquido.....	312
4 Os frutos do patrimônio comum pós separação de fato. Lucros distribuídos depois de extinto o regime de bens. Incomunicabilidade.....	319
5 Dos frutos comuns. Apuração do valor na data da ruptura do relacionamento e não na data da efetiva partilha.....	320
6 Valorização de quotas sociais pretéritas durante o casamento/união estável. Impossibilidade de comunicação.....	321
7 Das quotas sociais de sociedade uniprofissional. Instrumento da profissão. Incomunicabilidade.....	322
Conclusões.....	327
Referências bibliográficas.....	329

CAPÍTULO 15

Maria Augusta Palhares Ribeiro Sampaio Ferraz

Marília Rafaela Fregonesi Rodrigues

TESE JURÍDICA FIXADA NO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS: PRECEDENTE OU NÃO?.....	331
Introdução.....	331

Procedimento do incidente de resolução de demandas repetitivas	334
IRDR - Causa piloto ou procedimento modelo?	338
A tese fixada em IRDR constitui precedente?.....	341

CAPÍTULO 16

Roberto P. Campos Gouveia Filho

BREVE ENSAIO ACERCA DA NATUREZA DO REEXAME NECESSÁRIO.....	345
--	-----

CAPÍTULO 17

Rogério de Meneses Fialho Moreira

O DEVER DE IMPARCIALIDADE DO JUIZ COMO DESTINATÁRIO DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO.....	353
---	-----

Introdução.....	353
-----------------	-----

1 Os modelos tradicionais de direito processual: adversarial e inquisitorial. o embrionário modelo cooperativo	356
--	-----

2 ● princípio cooperativo como cláusula geral e como decorrência de regras de cooperação específicas	361
--	-----

3 OS deveres do magistrado decorrentes da cláusula geral da cooperação e das regras que a consagram no CPC/2015	364
---	-----

3.1 O Dever de Esclarecimento.....	365
------------------------------------	-----

3.2 O Dever de Diálogo ou de Debate (em relação ao juiz: dever de Consultar as partes)	367
--	-----

3.3 O Dever de Prevenção (dever de convite ao aperfeiçoamento).....	370
---	-----

3.4 O Dever de Auxiliar os demais sujeitos do processo.....	372
---	-----

3.5 Existiria um Dever de colaborar e respeitar o autorregramento do processo pelas partes?	377
---	-----

3.6 Regras de cooperação ajustadas a mais de um dos deveres de colaboração do juiz	378
--	-----

4. Os deveres de cooperação e os limites da imparcialidade do juiz.....	380
---	-----

Considerações finais	381
----------------------------	-----

Referências bibliográficas.....	384
---------------------------------	-----

CAPÍTULO 18

Sérgio Cruz Arenhart

A DESCONSTITUIÇÃO DE ACORDOS COLETIVOS.....	387
---	-----

1 Podemos jogar fora acordos coletivos com os quais não concordamos?	387
---	-----

2 Primeiras aproximações teóricas	389
---	-----

3 O regime de legitimação concorrente na tutela coletiva brasileira.....	390
--	-----

4 A vinculação <i>a priori</i> dos acordos coletivos.....	392
---	-----

5 A via processual para a desconstituição de acordos coletivos	396
--	-----

6 Uma breve síntese conclusiva	400
--------------------------------------	-----

CAPÍTULO 19**Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka**

VINTE ANOS DE CÓDIGO CIVIL: TRAJETÓRIA DO DIREITO DAS SUCESSÕES	403
Considerações iniciais	403
1 A perspectiva pretérita	404
2 A perspectiva presente	405
3 A perspectiva futura	407
4 A intangibilidade da legítima e seus limites	408
4.1 Companheiro como herdeiro necessário	410
4.2 Proibição de se negociar herança de pessoa viva	411
4.3 Uma nova conformação para o fideicomisso	412
4.4 Bens digitais e o desafio do Direito das Sucessões	413
Considerações finais	416
Referências bibliográficas	416

CAPÍTULO 20**Luiz Guilherme Marinoni**

TUTELA RESSARCITÓRIA NA FORMA ESPECÍFICA	419
Introdução	419
1 Modalidades de dano e formas de tutela ressarcitória	420
2 O ressarcimento na forma específica no direito brasileiro	422
3 As razões da prioridade do ressarcimento na forma específica sobre o ressarcimento pelo equivalente	423
4 O escopo do ressarcimento na forma específica	424
5 O ressarcimento na forma específica diante dos danos patrimonial e não patrimonial	425
6 O ressarcimento na forma específica diante do dano concreto e do dano insuscetível de determinação em concreto	426
7 A necessidade de ir a Juízo para obter ressarcimento na forma específica	428
8 A condenação ao pagamento de dinheiro equivalente ao valor do dano presta tutela ressarcitória na forma específica?	429
9 Tutela ressarcitória na forma específica cumulada com tutela ressarcitória pelo equivalente	429
10 O princípio da excessiva onerosidade	431
11 A denominada <i>compensatio lucri cum damno</i>	434
12 Momento da excessiva onerosidade	435
13 A execução da tutela ressarcitória na forma específica	436
13.1 As “razões processuais” que determinaram o esquecimento do ressarcimento na forma específica na prática forense	436
13.2 A obrigação de reparar o dano é obrigação de fazer (ou de entregar coisa em substituição à destruída) e não obrigação de pagar dinheiro	437
13.3 Os arts. 536 e 538 do CPC e 84 do CDC e a tutela ressarcitória na forma	

específica.....	437
13.4 O uso da multa para compelir o infrator a reparar mediante fazer infungível ou fungível (ressarcimento na forma específica).....	438
13.5 A incapacidade técnica do infrator para proceder à reparação.....	439
13.6 O uso da multa para obrigar o infrator a custear a reparação do dano ...	440
13.7 O direito fundamental à efetiva tutela jurisdicional como base para o uso da multa.....	441
13.8 A limitação ao uso da multa.....	442
13.9 A execução diante da necessidade da participação de terceiro.....	443
14 A tutela ressarcitória na forma específica mediante a entrega de coisa	444
15 Tutela ressarcitória na forma específica mediante o “julgamento antecipado parcial do mérito” e continuação do processo para a elucidação da matéria relativa à tutela ressarcitória pelo equivalente	446

CAPÍTULO 21

Camila Victorazzi Maratta

Marco Félix Jobim

BREVES APONTAMENTOS SOBRE A DECISÃO DE SANEAMENTO COMPARTILHADA NO PROCESSO COLETIVO: UMA ANÁLISE DO ARTIGO 22 DO PROJETO DE LEI N° 1.641/2021.....	447
--	------------

Introdução.....	447
1 O Processo Coletivo: um breve histórico	449
2 A Decisão de Saneamento e Organização do Processo do Processo Coletivo.....	453
Considerações Finais	458
Referências bibliográficas.....	459

CAPÍTULO 22

Frederico Ricardo de Almeida Neves

AGRAVO INTERNO: ARTIGO 1.021 DO CPC.....	461
I Enunciado.....	461
1 Direito ao recurso	461
2 Decisão unipessoal do relator e acesso ao colegiado	462
2.1 Decisões do relator	463
2.2. Decisões do Presidente ou Vice-Presidente	465
3 Noção do recurso	466
II Natureza jurídica	466
III Traços característicos	467
IV - Regime do Recurso.....	467
1 Panorama legal	467
2 Juízo de admissibilidade.....	469
3 Retratação.....	470
4 Sustentação oral	471

5	Dialeticidade	472
6	Impossibilidade da reprodução dos fundamentos da decisão pelo relator. Exegese do artigo 489 CPC.....	474
7	Imposição de multa	475
V	Agravo Interno e Agravo	475
1	Uma distinção necessária.....	475
VI	Agravo Interno e exaurimento da instância.....	479

CAPÍTULO 23

Pedro Miranda de Oliveira

ASPECTOS DESTACADOS DO PROCEDIMENTO DA REMESSA NECESSÁRIA		481
Introdução.....		481
1	Cabimento.....	482
2	Procedimento	483
2.1	Análise da admissibilidade da remessa	483
2.2	Apreciação do pedido de tutela provisória	486
2.3	Intimação do Ministério Público.....	487
2.4	Julgamento do mérito da remessa	488
Conclusão.....		492
Referências bibliográficas.....		493

CAPÍTULO 24

Alexandre Freire Pimentel

O CIBERESPAÇO E O PROBLEMA DO CONTROLE JURISDICIONAL SOBRE DANOS PRATICADOS ATRAVÉS DA INTERNET.....		495
Noras introdutórias: ciberespaço e metaverso		495
Ciberespaço, metaverso e hipercomunicação		501
Ciberespaço, controle estatal e hipercomunicação		503
Notas conclusivas: ciberespaço e a atuação da jurisdição.....		506
Referências bibliográficas.....		511

CAPÍTULO 25

Ana Beatriz Ferreira Rebello Presgrave

Guilherme Veiga

A NATUREZA JURÍDICA DA SÚMULA NO SISTEMA DE PRECEDENTES		515
Introdução.....		515
1	A súmula.....	516
2	O sistema de precedentes.....	520
2.1	Overruling e Distinguishing.....	527
3	A impropriedade na utilização da súmula.....	530
4	As súmulas e os precedentes: como interpretar e aplicar o CPC.....	533

Conclusão.....	535
Referências bibliográficas.....	535

CAPÍTULO 26

Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho

Daniel Octávio Silva Marinho

A INTERVENÇÃO DO ESTADO NAS RELAÇÕES PRIVADAS: SOBRE OS LIMITES DO CONTROLE ESTATAL DE PREÇOS PRIVADOS À LUZ DA ORDEM ECONÓMICA BRASILEIRA

537	
Introdução.....	538
1 O Estado e suas atividades.....	539
2 A intervenção estatal no domínio econômico.....	541
3 O controle estatal de preços privados	544
4 Limites constitucionais ao tabelamento estatal de preços privados.....	550
Conclusões	553
Referências bibliográficas.....	554

CAPÍTULO 27

Leandro José Rutano

RELAÇÃO ENTRE TEXTO LEGAL E NORMA JURÍDICA NAS PERSPECTIVAS MODERNA E CONTEMPORÂNEA.....

559	
Introdução	559
1 A unicidade dos conceitos de texto e norma	560
2 A dissociação entre texto legal e norma jurídica.....	571
Conclusão.....	576
Referências bibliográficas.....	576

CAPÍTULO 28

Ricardo Alexandre da Silva

COISA JULGADA FORMAL: UMA CATEGORIA DESNECESSÁRIA... 579

579	
Introdução.....	579
1 Coisa julgada formal: conceito e objetivo	580
2 Crítica: a coisa julgada formal não é uma preclusão?.....	582
3 CPC de 2015 e novas abordagens sobre o tema.....	588
4 Uma nota sobre as sentenças incidentais e as condenações com reserva.....	601
Conclusão.....	602
Referências bibliográficas.....	604

CAPÍTULO 29

Anissara Toscan

OS TEMPOS DA SENTENÇA COBERTA PELA COISA JULGADA E A AÇÃO REVISIONAL PREVISTA NO ART. 505, I, CPC.....

607	
Introdução.....	607

1 Premissa: os tempos da sentença estável.....	609
2 O tempo no antecedente: aspecto temporal dos limites objetivos da sentença e alterações no estado de fato	610
2.1 Os tempos de aperfeiçoamento do suporte fático	611
2.1.1 Suporte fático de formação instantânea	613
2.1.2 Suporte fático de formação duradoura.....	614
2.1.2.1 Suporte fático simples integrado por fato prolongado.....	615
2.2 O ponto crucial de diversidade da abordagem sugerida.....	618
2.3 Razões para a abordagem diferenciada e outros esclarecimentos.....	619
3. O tempo no consequente: aspecto temporal da eficácia da sentença e alterações no estado de direito	620
3.1. A eficácia prescritiva da sentença estável e seu limite temporal.....	620
3.2 As sentenças com eficácia instantânea e sua imunidade ao direito superveniente.....	624
3.2.1 As sentenças com eficácia instantânea.....	624
3.2.2 A imunidade ao direito superveniente.....	624
3.2.3 Algumas aplicações da proposta	625
3.3 A incidência retrospectiva do direito superveniente sobre as sentenças com eficácia duradoura	628
3.3.1 As sentenças com eficácia duradoura.....	628
3.3.2 A retrospectividade do direito superveniente.....	628
3.3.3 Veículos de normatividade incidentes sobre a sentença acobertada pela coisa julgada.....	631
3.3.4 Algumas aplicações da proposta	632
4. Prolongamentos fático e eficaz e a ação de revisão prevista no art. 505, I, CPC.....	635
Referências bibliográficas.....	636

CAPÍTULO 30

Simone Trento

DIVÓRCIO: DIREITO POTESTATIVO E EFEITOS NO TEMPO.....	639
1 O direito ao divórcio na Constituição	639
2 O direito à antecipação de tutela.....	640

CAPÍTULO 31

Elizabeth Veiga

CARROS AUTÔNOMOS: PADRÕES ÉTICOS NA SUA PROGRAMAÇÃO.....	649
Introdução.....	649
1 Liberdade e Privacidade	650
2 O dilema ético na programação dos carros autônomos.....	651
Conclusão.....	659
Referências bibliográficas.....	659

CAPÍTULO 32**Hermes Zaneti Jr.**

O CASE MANAGEMENT E AS EUROPEAN RULES OF CIVIL PROCEDURE: UMA ANÁLISE À LUZ DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	661
Introdução.....	662
1 O Caso Europeu: o case management nas ERCP	663
1.1 Origem das ERCP	666
1.2 Normas fundamentais nas ERCP.....	666
1.3 O Case Management na parte geral e no processo coletivo (collective redress) das ERCP	673
2 O caso brasileiro: da rigidez à flexibilização?	676
2.1 A flexibilização no CPC/2015: princípios da cooperação, boa-fé e adequação	678
2.2 Case management judicial por precedentes?	681
3 Considerações conclusivas	683